



Estado do Conhecimento em Comunicação. Desafios para o século XXI¹

Maria Cristina Gobbi²

Assistentes de Pesquisa III: Juliana C. G. Betti e Francisco de Assis Guedes.

Equipe de Apoio: Cecília Soares de Paiva, Cristiane dos Santos Parnaíba,

Faiga Toffolo e Rose Mara Vidal de Souza

Resumo

O processo de identificação coletiva de um campo do conhecimento caminha ao lado do fenômeno de autoconhecimento e este por sua vez deve obedecer a diferentes fronteiras identificáveis. Por outro lado, não se pode falar em desenvolvimento da comunicação brasileira tendo por base somente a dependência político-social ou mesmo o processo de globalização. Faz-se necessário discutir os cenários específicos do campo e incluí-lo dentro de um espaço-temporal, sem perder de vista os atores dessa difusão e as instituições que contribuíram para o desenvolvimento e disseminação da cultura comunicacional no País. Existe um conjunto de pensadores que, mesmo vindo das mais diversas disciplinas, tem focalizado sua atenção no diagnóstico e na solução dos problemas comunicacionais. Conjugado a autopercepção e a heteropercepção dos trabalhos desenvolvidos no campo das Ciências Sociais, há uma produção séria, enraizada nos problemas regionais, específicas em seu conjunto, apesar dos desenvolvimentos desiguais na mega-região brasileira. Assim, revisar o “estado da arte” - como propõe o projeto “Panorama da Comunicação no Brasil”, do IPEA, que foi desenvolvido por esse grupo de pesquisadores - é revelar um número grande dessas conjunturas. É esse panorama que objetivamos traçar.

Palavras-chave: Comunicação, IPEA, Campo da Comunicação, América Latina

Indicadores da Formação de Pesquisadores no Brasil

A base Lattes³ (ou Plataforma Lattes) é um grande repositório de perfis de cientistas, pesquisadores, professores e profissionais, de todas as áreas do conhecimento. Reflete a necessidade de sociabilidade do conhecimento produzido no âmbito das instituições de ensino e de pesquisa no País. É nesse espaço que a comunidade científica disponibiliza as atividades realizadas não só nos programas de pós-graduação, mas seu perfil de

¹ Trabalho apresentado no GP Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais Na América Latina, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011.

² Pós-Doutora pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo. Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Coordenadora da pesquisa sobre o Panorama da Comunicação no Brasil, cuja meta era diagnosticar a produção de conhecimento nos principais segmentos da comunicação nacionalmente institucionalizados. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital (coordenadora em exercício) e professora do Programa em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora da Universidade de Sorocaba (UNISO). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Pensamento Comunicacional Latino-Americano” do CNPq. Diretora de documentação da INTERCOM. Coordenadora do GT Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais na América Latina da mesma Instituição. E-mail: mcbgobbi@terra.com.br.

³ Em 15 de janeiro de 1951, pouco antes de o Presidente Gaspar Dutra passar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas, regido pela Lei nº 1310. Destacado-se entre os maiores cientistas de seu tempo, César Lattes foi integrante ativo desse Conselho e, posteriormente, Patrono da Plataforma Curricular que leva seu nome como homenagem. (SILVA, 2004, p. 25).



formação, linhas de atuação, participações em eventos, atividades acadêmico-científicas e profissionais, de um modo geral. É nesse ambiente que está a produção científica, bibliográfica, técnica e artística da comunidade acadêmica nacional.

Trata-se de um grande mosaico de referência sobre aquilo que se está empreendo, nos mais variados espaços acadêmicos e profissionais do País. Possibilita a análise da literatura produzida pelos cientistas, o conhecimento sobre inovações, desenvolvimento de patentes, entre outros, permitindo a mensuração da formação de recursos humanos especializados, além de evidenciar quais atividades que estão sendo realizadas nas instituições de ensino, pesquisa e no mercado profissional, pelos pesquisadores. É o que pode ser chamado de “Big Brother” da comunidade científica.

Winter (1997, p. 115) afirma que a “produção científica é a forma pela qual a universidade ou instituição de pesquisa se faz presente no *saber-fazer-poder* ciência; é a base para o desenvolvimento e superação das dependências entre países e entre regiões de um mesmo país”, evidenciando para a sociedade o compromisso social das instituições de ensino e pesquisa. Neste sentido, a Base de Currículos Lattes traz um panorama dos rumos da ciência no Brasil, uma vez que desde a iniciação científica professores e estudantes devem ter seus currículos cadastrados na Plataforma.

Os dados disponibilizados na Plataforma Lattes possibilitam, de modo geral, a avaliação da produção científica nacional, através de vários indicadores quantitativos. Esses dados permitiram a compreensão sobre a dinâmica da produção científica nas várias áreas do conhecimento, bem como evidenciam o mapa da formação de pesquisadores nas instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Também é no espaço da Plataforma Lattes que as agências de fomento, como a Capes e o CNPq (nacionais), as estaduais e instituições internacionais “apóiam o desenvolvimento de projetos e promovem a concessão de financiamentos individuais para a pesquisa. Em todas essas instituições a produção científica destaca-se como um dos requisitos mais importantes”. (SILVA, 2004, p. 34)

Por ser o escopo central da investigação o delineamento do Panorama da Comunicação no Brasil, a Plataforma foi usada como fonte básica de mensuração, uma vez que neste espaço estão disponibilizadas as atuais produções na área. O Lattes também fornece



dados estatísticos, tabelas e gráficos, separados por região, sexo, formação, tipo de atividade desenvolvida, além do currículo individual do pesquisador. Esse espaço é chamado de Painel Lattes.

Procedendo a análise da produção científica neste espaço há oito grandes áreas do conhecimento. São elas: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes. A Comunicação Social pertence grande área de Ciências Sociais Aplicadas (CSA)⁴.

A Base de Currículos da Plataforma Lattes⁵, que têm por baldrame currículos atualizados nos últimos 48 meses, apresenta dados de 04 de junho de 2010⁶. Neste painel há 1.626.069 currículos cadastrados, nas diversas áreas do conhecimento, sendo 8% de doutores, 14% de mestres, 18% de especialistas, 25% de graduados, 13% de outros e 23% não informado. O número de currículos de estudantes perfaz a cifra de 654.962, sendo 9% doutorandos, 12% mestrandos, 9% especialistas e 70% graduandos.

Analisando os dados da Evolução da Formação de Doutores e Mestres no Brasil, no período dos anos de 2000 a 2009 (último ano disponível), há o panorama desenhado pela tabela:

**Tabela 1 - Evolução da Formação no Brasil na área da Comunicação
Anos 2000 a 2009, por Sexo**

Doutores

Mestres

⁴ Juntamente com Comunicação, são definidos como profissões em CSA: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Informação, Demografia, Desenho Industrial, Direito, Economia, Economia Doméstica, Museologia, Planejamento Urbano Regional, Serviço Social e Turismo.

⁵ A Base de dados de Currículos da Plataforma Lattes nos fornece dados qualificados e atualizados sobre a atuação de pesquisadores na área da Comunicação, permitindo análises da produção, dos setores econômicos, evolução de formação, geografia, instituições etc. O material pode ser acessado no endereço <http://lattes.cnpq.br/painellattes/>. Acesso em out de 2010.

⁶ A coleta de dados para a pesquisa foi realizada em outubro de 2010.



Feminino Masculino Total				Feminino Masculino Total				
Totais	443	392	835	Totais	1181	875	2056	
A N O S	2000	27	20	47	2000	43	43	86
	2001	22	24	46	2001	66	50	116
	2002	47	36	83	2002	78	70	148
	2003	45	40	85	2003	111	60	171
	2004	53	45	98	2004	102	83	185
	2005	49	48	97	2005	156	94	250
	2006	45	42	87	2006	132	103	235
	2007	65	44	109	2007	148	92	240
	2008	49	48	97	2008	142	115	257
	2009	41	45	86	2009	203	165	368

Fonte: Dados dos autores, outubro de 2010

Não existe, para o caso da formação de doutores na área da Comunicação Social, uma grande distinção em relação aos gêneros (masculino e feminino). Porém é possível observar que há uma tendência de mudança para os próximos anos, uma vez que os dados evidenciam uma formação de mais de 130% de mestres do sexo feminino (57% do total), se comparados com o sexo masculino (43% do total).

É possível observar o crescimento anual no número de mestres e de doutores, indicando uma ampliação dos titulados, em quase todos os anos. Nos últimos 10 anos a média anual de formação foi de 83,5 doutores e 205,6 mestres (quase duas vezes e meia se comparado ao número de doutores formados, no mesmo período), na área da Comunicação.

No mesmo período, de acordo com dados da Base de Currículos da Plataforma Lattes, formaram-se 73.315 doutores e 182.907 mestres, nas 8 áreas do conhecimento, sendo 5.949 doutores e 22.153 mestres, em Ciências Sociais Aplicadas. Neste sentido, se comparados os número de doutores e mestres na área da Comunicação com o total dessas nas oito áreas do conhecimento⁷, a Comunicação representa 1,13% e 1,12%, respectivamente, sobre esse total. Fazendo o mesmo cálculo com referência a área de Ciências Sociais Aplicadas, os valores correspondem a 14% (doutores) e 9,3% (mestres).

⁷ Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes. A Comunicação Social pertence grande área de Ciências Sociais Aplicadas (CSA)



É necessário relatar que em se tratando de profissão, a Comunicação fica atrás das carreiras de Administração, Direito e de Economia, sendo essas as que apresentam o maior número de doutores e mestres formados. Em 2009, por exemplo, formaram-se 10.807 doutores, sendo 806 em Ciências Sociais Aplicadas e destes, 86 (11%) em Comunicação, 185 (23%) em Administração, 183 (23%) em Direito e 132 (16%) em Economia. Realizado uma análise da área de conhecimento, as de maior representatividade, no mesmo período, são: 1.650 em Ciências Humanas, 1.300 em Ciências da Saúde e 1.131 em Ciências Biológicas.

Com significativo valor, em uma análise mais geral, o número de cientista-pesquisador anualmente formado ainda é insuficiente para atender a demanda do País, como foi observado nas análises a seguir.

Distribuição desigual do ensino também na Pós-Graduação

O Brasil, país de dimensões continentais, tem como desafio prover suas cinco regiões de pesquisadores, nas mais diversas áreas do conhecimento. Essa distribuição continua muito desigual, como apontaram os levantamentos realizados. Detalhando as análises para os estados pertencentes a cada uma dessas localidades, os dados são ainda mais alarmantes. Atualmente (outubro de 2010) há 133.846 doutores e 232.767 mestres formados nas oito grandes áreas do conhecimento definidas pelo CNPq e disponibilizadas na Plataforma Lattes. A Região Sudeste concentra 69.134 doutores e 104.715 mestres, representando sobre o total 52% e 45%, respectivamente. As outras cifras estão assim distribuídas: Centro-Oeste – 9,4% de doutores e 10,6% de mestres; Nordeste – 16% de doutores e 18% de mestres; Norte – 4% de doutores e 5,8% de mestres; Sul – 19% de doutores e 21% de mestres. A tabela a seguir demonstra os números absolutos.

Tabela 2 - Distribuição de Doutores e Mestres no Brasil (Geral)
Anos 2000 a 2009, por Região

Regiões	Doutores	Mestres
Totais	133846	232767
Centro-Oeste	12564	24571
Nordeste	21357	41776
Norte	5288	13553
Sudeste	69134	104715
Sul	25503	48152

Fonte: Dados dos autores, outubro de 2010



Analisando o quadro geral das oito áreas e comparando as cinco regiões do Brasil é possível observar que as cifras são discrepantes. As regiões Norte e Centro-Oeste são as que mais sofrem com a falta de doutores e mestres em seus quadros institucionais. Não obstante o crescimento da quantidade de programas de mestrado e de doutorado em 20% nos últimos três anos, conforme avaliação trienal (2007-2010) da Capes⁸, e que o maior desenvolvimento tenha ocorrido na região Norte, com um incremento de 35% no triênio, sendo a mais representativa dentre as regiões, ainda há muito por fazer. Nas outras regiões, o aumento foi de: Nordeste, com 31,3%; Centro-Oeste, com 29,8%; Sul, com 24,2% e o Sudeste, com 14,9%.

Esses resultados reforçam que embora “(...) com o avanço da pós-graduação no Norte e no Nordeste, é no Sudeste que está a maior parte dos cursos: 2.190, o que representa 53,4% do total. De acordo com o presidente da Capes, Jorge Guimarães, a razão para essa disparidade é histórica e está ligada à organização econômica e científica do país”⁹. Muitos desses titulados (graduados) acabam migrando para o Sudeste onde a oferta tanto de cursos de pós-graduação, como de centros de pesquisa são maiores e, posteriormente a sua formação, são nesses locais que encontram espaço para estabelecerem suas bases profissionais, não retornando, assim, aos seus estados de origem após a formação.

Na avaliação realizada pela Capes em 2010 foram verificados 2.718 programas de pós-graduação que correspondem a 4.099 cursos e desses 2.436 são mestrados, 1.420 doutorados e 243 mestrados profissionais, em todas as áreas do conhecimento. Nos últimos três anos foram mais de 140 mil titulados, divididos em 100 mil mestres, 32 mil doutores e 8 mil mestres profissionais. Embora as cifras sejam significativas, o problema da distribuição desigual dos titulados é fato. O desenvolvimento de um país e, por conseguinte a melhoria de seus indicadores sociais pode ser aferida não só pela erradicação do analfabetismo total ou funcional, mas pelo investimento que se faz em Ciência e em Tecnologia e os programas de pós-graduação respondem por parte significativa desse desenvolvimento. Os números demonstram, sem dúvida, que a

⁸ Pesquisa realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), disponível em http://trienal.capes.gov.br/?page_id=100. Acesso em nov de 2010.

⁹ Material disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/saber/798580-numero-de-cursos-de-mestrado-e-doutorado-cresce-20-em-tres-anos-no-brasil.shtml>. Acesso em nov de 2010.



pesquisa brasileira adquiriu maturidade, mas para uma projeção internacional significativa é necessário o investimento continuado nos programas de pós-graduação para a formação de recursos humanos, em diferentes áreas do conhecimento.

Outro elemento a ser considerado nas análises é que embora com avanços significativos, os dados refletem as desigualdades educacionais no país, que começam na educação infantil. A saída para dirimir essas diferenças é a universalização do ensino e a melhoria da qualidade, em todos os níveis¹⁰. Não é possível avaliar a pós-graduação se não se levar em consideração o que vem ocorrendo com a educação infantil, os ensinos fundamental, médio e superior.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no relatório 2010, aponta que os índices de repetência e de atraso escolar¹¹ estão bem acima da média mundial, sendo Índice de Desenvolvimento Educacional (IDE) do país considerado médio, embora reforce a importância de programas como o Bolsa Família, do Governo Federal para reduzir esses números. O relatório mostra que 57 milhões de brasileiros de todas as idades - cerca de 30% da população - estudavam em 2008, porém, somente 47% dos estudantes acabaram o ensino médio até os 18 anos, e a maioria destes encerra a vida escolar nesse momento.

Essa análise não é tão simples. Não basta verificar o Brasil que estuda em números absolutos, mas outros indicadores, como a adequação da idade dos alunos para as séries escolares correspondentes a faixa etária (idade-série)¹², bem como a continuidade da formação para as séries posteriores. Neste sentido, a pesquisa "Juventude e Políticas Sociais no Brasil", realizada pelo IPEA¹³, demonstra que menos da metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos estava cursando o ensino médio, etapa do ensino adequada para esta faixa etária¹⁴, e apenas 13% de 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior

¹⁰ Para aprofundar as análises dessas questões podem ser consultadas diversas pesquisas realizadas por várias instituições, nos últimos anos, dentre as quais citamos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Ministério da Educação (MEC) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

¹¹ Entende-se por atraso escolar o número de alunos que, embora estudando, estão fora da idade correta para a série que estão cursando.

¹² Segundo dados “A distorção idade-série afeta três de cada quatro pessoas de 9 a 16 anos (75%) na zona rural. Na zona urbana, o percentual, de 56%, também é alto”. Fonte: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=13012>, acesso em nov de 2010.

¹³ Pesquisa divulgada em jan de 2010.

¹⁴ O relatório aponta que em 2007, 82% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola, mas apenas 48% estavam no ensino médio, ou seja, parte significativa estava fora da faixa etária corresponde à série escolar.



em 2007. O documento demonstra que houve avanços no acesso à educação, mas o problema está no atraso para concluir os estudos. Para Jorge Abrahão, diretor de estudos e políticas sociais do IPEA, “(...) os jovens entendem a educação como um caminho para melhorar a vida. Mas o jovem enfrenta no processo de escolarização problemas de desigualdades de oportunidades”¹⁵.

Nesta direção, o relatório corrobora que a cor da pele, o nível de renda e o local de moradia interferem nas oportunidades de acesso a escola. Segundo a pesquisa, a renda é fator determinante para o ingresso do brasileiro à universidade: “a taxa de frequência daqueles que têm renda mensal per capita de cinco salários mínimos ou mais (55%) é dez vezes maior do que entre a população que ganha até meio salário mínimo (5%)”¹⁶. Esses dados revelam outro indicador. Há uma bifurcação entre os estudos e a necessidade de ingresso no mercado de trabalho. Muitos jovens nem chegam à universidade; alguns abandonam a sala de aula sem concluir o curso, ou ainda, em função da jornada de trabalho (horas de trabalho), o nível de dedicação aos estudos é prejudicado. “No ensino superior, entre 1996 e 2007, a taxa de frequência líquida cresceu 123%. Mas o percentual de jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos que têm acesso à etapa ainda é apenas de 13% - muito abaixo da meta de 30% estipulada para 2011 no Plano Nacional de Educação (PNE)”¹⁷.

Outro elemento espantoso é com referência a qualidade do ensino, em todos os níveis. Em 2010 um grupo de cientistas entregou para os presidenciais Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), durante o período eleitoral, um documento¹⁸ pedindo mais qualificação na pós, na graduação e também no ensino médio. Além da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), outras entidades, como a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) compartilham a mesma

¹⁵ Fonte: Jornal O Tempo, disponível em <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1546&IdCanal=7&IdSubCanal=&IdNoticia=131841&IdTipoNoticia=1>, acesso em nov de 2010.

¹⁶ Relatório Juventude e Políticas Sociais no Brasil, desenvolvido pelo IPEA. O estudo destaca que o Brasil ainda tem 1,5 milhão de jovens analfabetos (15 a 29 anos). O número de analfabetos “no país em patamares tão elevados está relacionada à baixa efetividade do ensino fundamental”. Comentários do Jornal O Tempo, disponível em <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1546&IdCanal=7&IdSubCanal=&IdNoticia=131841&IdTipoNoticia=1>. Acesso em nov de 2010.

¹⁷ Relatório Juventude e Políticas Sociais no Brasil, desenvolvido pelo IPEA. “Em 2007, de acordo com o relatório, 57% dos brasileiros de 15 a 17 anos que residiam em áreas metropolitanas frequentavam o ensino médio, contra pouco menos de 31% no meio rural”.

¹⁸ RIGHETTI, Sabine. Documento reúne pedidos de cientistas ao presidente eleito. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/823504-documento-reune-pedidos-de-cientistas-ao-presidente-eleito.shtml>. Acesso em novembro de 2010.



preocupação. "Precisamos de professores mais qualificados e mais valorizados", afirma o cientista Chaimovich¹⁹. O documento sugere um aumento da participação da educação no Produto Interno Bruto (PIB) passando dos atuais 4% atuais para 6% até o final do próximo mandato, em 2014. "Os especialistas querem também que 2% do PIB sejam despendidos em ciência no próximo mandato, quase o dobro do gasto atual"²⁰.

Um dos desafios que traz o documento é que nos próximos 10 anos possamos ter 150 mil doutores formados, representando um aumento de quase 50% na quantidade média de doutores titulados anualmente.

Corroborando os dados sobre a falta de qualidade no ensino nacional, a avaliação trienal realizada pela Capes em 2010 mostrou que 2,7% (o que equivale a 75 cursos) do total dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) devem ser encerrados por serem de baixa qualidade²¹. Um deles é de comunicação²² (embora a lista não esteja oficialmente divulgada - as instituições têm um período para recurso). Esses cursos obtiveram notas 1 ou 2, consideradas insuficientes e que provocam o descredenciamento desses programas. Outros 32% receberam nota 3, que significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade. Se comparado com 2007, 10% ficaram com notas inferiores, 71% mantiveram o desempenho e 19% melhoraram o resultado. São esses dados que orientam a distribuição de recursos pelas agências de fomento. Mas é necessário registrar que houve um pequeno aumento dos cursos com nota mais alta possível (7), que equivale ao padrão internacional, se comparada com a avaliação anterior²³.

¹⁹ Bioquímico Hernan Chaimovich da ABC (Academia Brasileira de Ciências).

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ Em linhas gerais a Capes avalia a proposta e a inserção social dos programas, a produção individual dos docentes e discentes, o desempenho de cada curso (como um todo) e a base de dados fornecidos à agência de fomento pelas instituições. Dos 75 programas reprovados, 9 receberam a nota mínima 1 e 66 a nota 2, na escala que varia de 1 a 7. Eles terão um mês para pedir a revisão dos conceitos. Depois disso, os programas que continuarem com as notas 1 e 2 não poderão matricular novos alunos - os atuais estudantes, porém, podem concluir o curso regularmente. Porém, é importante assinalar que "A avaliação trienal concedeu a nota máxima 7 a 112 (4,1%) programas de pós-graduação. Outros 186 (6,8%) receberam nota 6. Os dois conceitos máximos são dados apenas a programas que possuam cursos de mestrado e doutorado com desempenho de nível internacional. A nota 5 foi dada a 561 (20,6%) programas; a nota 4, a 914 (33,6%); e a nota 3, a 870 (32%)". (A avaliação pode ser acessada pelo link http://trienal.capes.gov.br/?page_id=100). Fonte: Disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4074-qualidade-dos-cursos-de-mestrado-e-doutorado-evolui-entre-2007-e-2010>, acesso em nov de 2010.

²² Há atualmente no site (www.compos.org.br) da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) 37 programas na área de Comunicação, incluindo os iniciados em 2009 e 2010.

²³ No item do texto que trata da pós-graduação foi realizada análise da avaliação da Pós-Graduação em Comunicação, especificamente



É necessário relatar que o problema da qualidade da pós-graduação no Brasil está diretamente relacionado com múltiplas questões que antecedem essa formação. As desigualdades de renda, o número de universidades públicas em áreas de carência econômica, os investimentos, entre outros fatores afetam diretamente o acesso da população a educação de qualidade. Mas esse cenário está mudando.

O momento de expansão que atravessa toda a conjuntura econômica brasileira é muito favorável. Vários setores são responsáveis por esse dinamismo, dentre eles: petróleo e gás, energia elétrica, logística, construção habitacional, agronegócios e a emergente indústria de conteúdos digitais. Mas esse fato traz outra preocupação. Até que ponto as instituições, especialmente o ensino superior e a pós-graduação, estão preparadas para acompanhar esse desenvolvimento e atender as múltiplas demandas desses setores?

O alerta acende o botão vermelho do ensino, mostrando que embora com espaço para avançar, é necessária uma revisão não só na qualidade, mas nos conteúdos, na forma de organização e disponibilização dos cursos. Sem dúvida que “(...) manter as instituições de ensino superior atualizadas com as mudanças socioeconômicas do país é uma difícil tarefa. São vários os modelos para atingir essa condição”, e nesta direção alguns especialistas alertam que é fundamental o investimento na criação de programas de pós-graduação, na qualificação do corpo docente, além de firmar parcerias entre os centros de pesquisa e as empresas, entre outros²⁴; sendo o último um grande desafio, especialmente para a área da Comunicação.

Com referência a avaliação, além da Trienal da Capes para os programas de pós-graduação, diversas ações vem sendo empreendidas, nos mais variados níveis de ensino. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em vigor desde 2004, coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e operacionalizado pelo Instituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é um desses exemplos. O Sinaes sopesa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes (Enade), verificando aspectos que “giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo

²⁴ SIMONS, Udo. Um desafio do tamanho do Brasil. Disponível em <http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12676>, acesso em nov de 2010.



docente, as instalações e vários outros aspectos”, conforme descrição no site da instituição.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que objetiva avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, foi criado em 1998. Também a Educação Básica é analisada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que verifica o desempenho de estudantes de 4^a a 8^a série (5^o a 9^o) de escolas públicas e de forma amostral da rede privada. Outro investimento que merece destaque é o Programa Universidade para Todos (ProUni), do Governo Federal, que vem permitindo a acesso de milhares de estudantes a universidade²⁵.

Sem dúvida que “o Brasil está avançando na área da educação”, mas como afirma Jorge Abrahão²⁶, do IPEA, “(...) apesar da ampliação do acesso à escola e do aumento de financiamento no setor, as desigualdades regionais entre as diferentes populações permanecem no país”. Para ele outra disparidade é que “(...) os 20% mais ricos já têm 10 anos de estudo, enquanto metade da população brasileira tem cerca de cinco a seis anos de estudo”. Para o pesquisador o analfabetismo²⁷ ainda é o grande problema que assola o país.

²⁵ O Programa Universidade para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004. O programa já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2010, 748 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. Desde 2007, o ProUni - e sua articulação com o FIES - é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Assim, o Programa Universidade para Todos, somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de educação superior até 2011 para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos. Fonte dos dados: <http://www.inep.gov.br/> e http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140, acesso em nov de 2010.

²⁶ Jorge Abrahão resume um dos pontos discutidos durante o seminário “PDE – resultados e desafios”, promovido nos dias 14 e 15 de setembro, em São Paulo, pela Ação Educativa. Disponível em: <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/noticias/promover-a-equidade-e-um-dos-desafios-do-pde/>, acesso em nov de 2010.

²⁷ Outro problema fundamental no País é o analfabetismo funcional (pessoas que sabem ler, escrever, contar e ocupam cargos administrativos nas empresas, mas não conseguem compreender a palavra escrita de forma adequada). “No Brasil, o índice é medido entre as pessoas com mais de 20 anos que não completaram quatro anos de estudo formal. O conceito, porém, varia de acordo com o país. Na Polônia e no Canadá, por exemplo, é considerado analfabeto funcional a pessoa que possui menos de 8 anos de escolaridade. Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, mais de 960 milhões de adultos são analfabetos, sendo que mais de 1/3 dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso e às novas tecnologias que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a adaptar-se às mudanças sociais e culturais. De acordo com esta declaração, o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados e em desenvolvimento. No Brasil, 75% das pessoas entre 15 e 64 anos não conseguem ler, escrever e calcular plenamente. Esse número inclui os 68% considerados analfabetos funcionais e os 7% considerados analfabetos absolutos, sem qualquer habilidade de leitura ou escrita. Apenas 1 entre 4 brasileiros consegue ler, escrever e utilizar essas habilidades para continuar aprendendo”. Fonte: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=700>, acesso nov de 2010.



Esse problema está concentrado entre os mais pobres. Há também grandes diferenças regionais com referência ao analfabetismo. A média nacional é de 10%, de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No entanto, a taxa de analfabetos no Nordeste é quase o dobro do índice do país (19,4%). Na região Sul, a porcentagem é de 5,5%.

Além da superação do analfabetismo, especialistas apontam que a desigualdade entre os níveis de ensino, provocada pelo acesso da população a escola é muito grande. Há mais alunos do ensino Médio fora da escola (48%), do que no Ensino Fundamental (2%). É necessário buscar a equidade. Outra dificuldade está relacionado a defasagem série-idade e neste sentido a seta aponta na direção da evasão, da reprovação e do não aprendido.

No nível superior, as desigualdades são ainda mais cruéis. “O sistema educacional brasileiro é perverso. Quem tem menos deve pagar uma universidade, enquanto os mais ricos têm acesso ao ensino público. (...) além das políticas de acesso, o Estado precisa promover políticas de assistência estudantil para a permanência e sucesso dos jovens na graduação”²⁸.

Esse breve panorama demonstra que na educação-formação há muito por ser realizado, em todos os níveis. A educação nacional, desde o ciclo básico, precisa entrar como prioridade na agenda nacional. Esse agendamento urgente deve indicar investimentos não só na ampliação de unidades (prédios), mas na qualidade dos currículos, na formação e na reciclagem de professores, no investimento real, possibilitando o acesso das classes menos favorecidas da população a uma educação de qualidade, entre outras demandas urgentes e necessárias. A chamada “nova classe média” precisa não só da ampliação do consumo de bens e serviços como tem sido bradado, mas e, principalmente, de acesso a uma educação de qualidade.

²⁸ Naomar Monteiro de Almeida é Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fonte: <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/noticias/promover-a-equidade-e-um-dos-desafios-do-pde/>, acesso em nov de 2010.



Mas nesse cenário pouco alentador, como está localizada a área da Comunicação? Quais seus desafios? O que se tem produzido? Algumas respostas podem ser encontradas no Panorama da Comunicação no Brasil: PBC 2010, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD)²⁹. Outras tantas, ainda precisam de políticas claras, não só com referência aos setores midiáticos produtivos, a geração de conteúdos, a qualidade e ao uso das tecnologias, mas e principalmente com a definição daquilo que se deve empreender para que possamos, de fato, democratizar não só a comunicação, mas o acesso a informação.

Se os números apresentados não são suficientes para atender a demanda do ensino e da pesquisa nas regiões, isso é mais agravado quando se verifica que parte significativa dos titulados estão em áreas administrativas e técnicas. Essas “outras atividades” denotam, muitas vezes, que o pesquisador está fora da sala de aula ou realizando uma dupla jornada nas instituições (em muitos casos). Esses dados estão evidenciados no Projeto completo realizado pelo IPEA. É um cenário desafiador e de grande inquietude.

Apontamentos finais

Os dados iniciais evidenciados nesse artigo reforçam, mais uma vez, a necessidade de políticas públicas para os programas de pós-graduação, oferecendo condições ensino e de pesquisa em todas as regiões do País. É necessário estimular, com a criação de centros de pesquisa, concessão de bolsas de fomento para a pesquisa e com a ampliação de programas de pós-graduação, que pesquisadores depois de formados em regiões mais desenvolvidas e com melhores acessos, retornem aos seus estados sedes.

Não foi objeto desta pesquisa a comparação entre o Estado de origem e a localidade onde o pesquisador está exercendo suas atividades profissionais, mas a literatura a respeito dá conta de um significativo êxodo. Os estudantes ao buscarem programas de pós-graduação para a continuidade de seus estudos vislumbram regiões onde as oportunidades são maiores, onde há mais pesquisadores e chances de ascensão profissional, e terminam por se deslocar para esses centros. Fazem o mestrado e doutorado e acabam por conseguir espaços para o desenvolvimento de suas pesquisas,

²⁹ O material foi publicado em três volumes pelo IPEA no ano de 2010. Acesso gratuito aos três volumes da Coleção Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil, publicado pelo IPEA, disponível: http://www.socicom.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=37&Itemid=55



muitas vezes com bolsas de fomento e oportunidades de trabalho em universidades e centros de pesquisa de referência; fazendo com que, mesmo depois de concluída a pós-graduação os jovens cientistas permaneçam nessas regiões. Faz-se necessário o direcionamento de políticas públicas capazes de estimular o retorno desses cientistas aos seus locais de origem, oferecendo oportunidades iguais para o desenvolvimento de pesquisa, nas várias Regiões do País.

O estado do conhecimento na área da Comunicação pode ser dividido em duas sub-áreas: as consolidadas e as emergentes. Neste cenário, o desafio proposto pela SOCICOM e apoiado pelo IPEA para a realização dessa pesquisa deve ser entendido como um passo importante para o conhecimento sobre a produção comunicacional de pesquisadores e de instituições nacionais. Não somente aquelas representadas no âmbito dessa pesquisa, mas para outras tantas que integram o cenário da comunicação no País. Também deve ser avaliado em sua contribuição para o campo da comunicação, em seu amplo espectro de possibilidades.

As pesquisas científicas evidenciam escolhas, quer dos objetos, metodologias ou mesmo do direcionamento das análises realizadas. Também apresentam resultados, que ampliam o leque das opções, gerando novas reflexões a partir de outros olhares e direcionamentos. As atividades de investigação servem como elos entre a teoria e a prática, permitindo que se apontem semelhanças, dicotomias, identifiquem tendências e lacunas, e por fim, seu ferramental mais precioso é a possibilidade de subsidiarem outras análises.

Neste sentido, a pesquisa ora apresentada, em sua primeira etapa, empreendida por um grupo de pesquisadores apoiados com bolsa IPEA, buscou sistematizar e analisar informações de um número expressivo de entidades e de pesquisadores da área da comunicação, nos mais variados espaços produtivos.

Esse diagnóstico da área, resultado final esperado das várias ações empreendidas, visa, em parte, diminuir distâncias entre a teoria e a prática, apontando para a possibilidade da criação coletiva como ação transformadora, fruto do exercício da parceria entre pesquisadores e instituições, inevitável nas ciências contemporâneas. Outro aspecto que deve ser mencionado é o desafio da preservação da abordagem interdisciplinar como



espaço de convergência, resultando em trocas que possam atender as dicotomias da área da Comunicação.

A área da Comunicação está cercada por desafios que eclodem em cenários diversificados, necessitando de consolidação e legitimação. Os espaços nos centros articuladores de pesquisa oferecem a institucionalização necessária para que se possa intercambiar informações e contemplar as várias especificidades, quer do campo ou da área. Faz-se necessário e urgente que olhemos esses ambientes como centros aglutinadores, capazes de promover a discussão ampla, congregando características plurais e gerando produção de conhecimento hábil para alterar, substancialmente, as realidades comunicativas no continente latino-americano.

Referências

GOBBI, Maria Cristina. **A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina: 30 anos da Alaic**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

GOBBI, Maria Cristina. **Escola Latino-Americana de Comunicação: o legado dos pioneiros**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação do prof. Dr. José Marques de Melo, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa. Tipos fundamentais. IN: **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, nº 3, mai/jun, 1995, p. 57-63.

GOMES, Itania Maria M; PINTO, Julio; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Antecedentes, tendências e perspectivas da Pós-Graduação em Comunicação. IN: **Panoramas da Comunicação**. Vol 2 - Memória das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação no Brasil, 2011, pg. 63-80.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Procesos comunicacionales, recepción, educación y transmetodología**. Congresso da ALAIC em 2010. Disponível em http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Estudios_de_recepcion/ponencias/GT10_4efendy.pdf, acesso em nov 2010.

MARQUES DE MELO, Jose. Conhecer-produzir-transformar: paradigmas da Escola Latino-Americana de Comunicação. IN: **Comunicação & Sociedade**, nº 36, ano 23, 2º semestre. São Paulo: Umesp, 2001.

MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional: cenários e personagens**. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Roberto Farias. **Tendências da produção científica em comunicação no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade do Rio de Janeiro. Orientador. Hugo Rodolpho Lovisoló, 2004.

WITTER, Geraldina Porto. **Produção científica**. Campinas, SP: Editora Átomo, 1997.